

A TARDE

O jornal de toda Bahia

PIB Mercado financeiro reage a ritmo menor que o esperado na tramitação da proposta de reforma da Previdência

Previsão de crescimento é cada vez menor

KELLY OLIVEIRA
Agência Brasil, Brasília

Com a tramitação da reforma da Previdência em ritmo menor do que o esperado, o mercado financeiro tem reduzido cada vez mais a previsão para o crescimento da economia este ano. O fraco desempenho da economia foi apontado na última semana pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que apresentou queda de 0,68% no 1º trimestre deste ano.

No início do ano, a previsão de instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) era de 2,5%. Agora, após 11 reduções consecutivas na pesquisa semanal, chega a 1,45%.

Economistas e o governo argumentam que, sem a reforma da Previdência, o endividamento do governo aumenta e diminui a confiança dos investidores sobre a capacidade de o país de honrar os pagamentos da dívida pública. Com isso, os investimentos são reduzidos e há comprometimento da capacidade de criar emprego e gerar crescimento econômico.

Reforma

O professor de macroeconomia do Ibmec-RJ e economista da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Alexandre Espírito Santo disse que, no final do ano passado e início de 2019, os analistas acreditavam que a reforma da Previdência, por ser considerada o principal problema fiscal do país, tramitaria de forma célere no Congresso Nacional.

"Por ser mais ou menos um consenso na sociedade que é necessário fazer a reforma, acreditávamos que ia tramitar de maneira célere, que a gente teria no final do primeiro semestre a reforma encaminhada no Congresso Nacional com grandes chances de estar aprovada. Entretanto, depois que o governo começou, as coisas não fluíram dessa forma".

Na visão do economista, o governo precisa focar na aprovação da reforma.

"A articulação política é um problema até, de alguma forma, natural porque é um governo novo. Apesar de ter pessoas com experiência, governos quando são colocados pela primeira vez encontram dificuldades. Só que o país infelizmente está precisando de velocidade. A gente tem muito desemprego e crescimento pífio", argumentou.

Para ele, há grande chance de a reforma ser "desidratada". "Dependendo de quanto for desidratada é um problema, porque o país precisa dessa poupança. Os empresários que estavam querendo começar a investir adiaram os investimentos para quando efetivamente a reforma sair e



Antonio Augusto (Câmara dos Deputados) / Divulgação / 14.5.2019

A aposta era que reforma da Previdência tramitaria de forma célere no Congresso

1,45%

é a quanto chega a previsão de instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) agora, após 11 reduções consecutivas na pesquisa semanal

a gente tiver efetivamente os números na mão. E aí rapidamente as revisões [para o crescimento do PIB] acontecerão", afirmou.

Copom

No último dia 14, na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC adiantou que a economia pode apresentar recuo no primeiro trimestre deste ano.

Segundo o documento, o processo de recuperação gradual da atividade econômica sofreu interrupção no período recente, mas a expectativa é de retomada adiante. Na quinta-feira (16), o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que o desempenho recente da economia foi decepcionante. Ele destacou que é preciso resolver a situação fiscal para o país voltar

tar a ter investimentos. "Ficamos decepcionados com o resultado", disse.

Campos Neto acrescentou que existia a expectativa no mercado financeiro de que, após eleição, a questão fiscal fosse rapidamente resolvida. Entretanto, como isso não ocorreu, o mercado está em processo de espera pelas reformas. "Incertezas continuam no ar. Isso explica um pouco esse adiamento da decisão de investir".

Previsão

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse no dia 14 que a equipe econômica já está trabalhando com uma previsão de crescimento de 1,5% neste ano. Segundo ele, a reformulação de expectativas diante da demora na aprovação da reforma da Previdência justificou a revisão das estimativas.

O governo deve divulgar no próximo dia 22 a nova previsão para o crescimento da economia neste ano. Em março, o governo previa expansão de 2,2%. Com a desaceleração do crescimento econômico, as receitas do governo diminuíram, o que provavelmente tornará necessário novo contingenciamento (bloqueio) de verbas do Orçamento deste ano.

O resultado do PIB do primeiro trimestre deste ano será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no próximo dia 30.

FOLHA DE S.PAULO

Proposta quer trocar crédito de ICMS por título

Ideia de exportador é que governo assumira dívidas dos estados com empresas e entregue papéis que podem ir a mercado

Raquel Landim

SÃO PAULO Circula entre empresários e advogados tributaristas uma proposta para acabar com o acúmulo de créditos de ICMS pelos exportado-

res e quitar os antigos débitos dos estados — uma conta que já ultrapassa os R\$ 60 bilhões.

A ideia é que o governo federal assumira as obrigações devidas pelos estados e securitizasse essa dívida, entregando aos

exportadores títulos com vencimento em dez anos.

A proposta foi formulada por Roberto Giannetti da Fonseca, ex-secretário-executivo da Camex (Câmara de Comércio Exterior), a pedido dos ex-

portadores. Diferentes setores seriam beneficiados, como celulose, siderurgia, suco de laranja e automotivo.

Segundo o economista, a troca de créditos de ICMS devido pelos estados em títulos de dívida do governo federal seria benéfica para as empresas, que poderiam repassar os papéis no mercado, melhorando a liquidez de seus balanços.

Em 2018, o crédito de ICMS a recuperar na Fibria, por exemplo, chegou a R\$ 1,2 bilhão. O valor estava em R\$ 420 milhões na Natura, em R\$ 711 milhões na Oxitec no Nordeste e em R\$ 2,6 bilhões na JBS.

Para resolver a questão, contudo, não basta apenas solucionar o passivo. Também é importante que deixe de haver o acúmulo desses créditos, gerados quando uma empresa compra insumos no mercado interno e depois exporta.

A lei prevê que as vendas para o exterior sejam isentas de tributos para aumentar a competitividade do produto nacional. Em razão disso, as empresas deveriam receber o ICMS pago na compra do insumo quando exportam.

O problema é que, muitas vezes, o tributo é pago onde o insumo é comprado e o crédito deve ser ressarcido pelo estado por onde o item é exportado.

Para acabar com o acúmulo de crédito, Giannetti da Fonseca sugere que o ICMS seja inserido no chamado drawback integrado. O ICMS é o único imposto relevante que não faz parte desse sistema.

O drawback integrado suspenso a cobrança de IPI, PIS e Cofins sobre os insumos comprados pelas empresas quando o produto final é destinado ao mercado externo. Se o imposto não é pago, também

não é gerado o crédito.

"A proposta é um importante estímulo para a exportação", diz José Augusto de Castro, presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil). Segundo apurou a reportagem, o projeto foi apresentado a Paulo Guedes (Economia) e ao governador João Dória (PSDB-SP), mas está sob análise para verificar a viabilidade.

Para incluir o ICMS no drawback integrado, é preciso aprovar, por unanimidade, uma resolução do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), composto pelos secretários de Fazenda estaduais. Conseguir esse aval pode ser bastante complicado, porque os estados que recolhem o ICMS tendem a resistir.

Também não será fácil convencer o governo federal a securitizar a dívida dos estados, dada a situação fiscal ruim.

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE		BIASI	BI&P
1º LEILÃO 27/05/2019 ÀS 11H10 - 2º LEILÃO 11/06/2019 ÀS 11H10			
<p>EDUARDO CONSORTINO Laveiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 JOÃO VICTOR BARROCA GALEZZI — proposto em exercício, devidamente autorizado pelo Diretor Fiduciário BANCO INDUSTRIAL S.A., faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: Primeiro Leilão: dia 27 de Maio de 2019 às 11:10 horas. Segundo Leilão: dia 11 de Junho de 2019 às 11:10 horas. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. Descrição dos Imóveis: Lote 01: Denominado "FAZENDA ADAMANTINA" (parte) constituída pela subdivisão dos lotes nºs 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 53-A, 55 e 57, da Seção Rio Claro, Gleba Rio Mourão, do município de Engenheiro Beltrão/PR, com a área de 10,00 alqueires paulistas, ou sejam, 24,20 ha, dentro das seguintes limites e confrontações: "Linhas de testadas, constituídas de três: a 1ª medindo 151,00m, com rumo 41° 30' N.O.; a 2ª medindo 500,00m, com rumo 48° 30' S.O., confrontando ambas com reserva do povoado Rio Claro, ou lote nº 52; a 3ª medindo 46,00m, com rumo 41° 30' N.O., confrontando com o lote nº 66; a linha perimetral esquerda de rumo 48° 30' S.O., mede 880,00m; a linha perimetral direita com rumo 48° 30' S.O., mede 1.500,00m; essas linhas perimetrais, terminam no córrego afluinte do Rio Claro", Matrícula nº 574 do Registro de Imóveis de Engenheiro Beltrão/PR. Lote 02: Denominado "FAZENDA ADAMANTINA" (parte) constituída pela subdivisão dos lotes nºs 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 53-A, 55 e 57, da Seção Rio Claro, Gleba Rio Mourão, do município de Engenheiro Beltrão/PR, com a área de 13,00 alqueires, ou sejam, 31,46 ha, com as seguintes confrontações: "Linha de testada, com 350,00m, rumo 41° 30' N.O., confrontando com o lote nº 59; linha perimetral esquerda medindo 1.040,00m, rumo 48° 30' S.O., caindo no Rio Claro; linha perimetral direita medindo 590,00m, rumo 48° 30' S.O., caindo no Rio Claro, fechando-se este perímetro. Matrícula nº 576 do Registro de Imóveis de Engenheiro Beltrão/PR. Lote 03: Denominado "FAZENDA ADAMANTINA" (parte) constituída pela subdivisão dos lotes nºs 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 53-A, 55 e 57, da Seção Rio Claro, Gleba Rio Mourão, do município de Engenheiro Beltrão/PR, com a área de 13,00 alqueires, ou sejam, 31,46 ha, com as seguintes confrontações: "Linha de testada, com 280,00m, rumo 41° 30' N.O., confrontando com o lote nº 59; linha perimetral esquerda medindo 1.125,00m, rumo 48° 30' S.O., caindo no Rio Claro; linha perimetral direita medindo 1.040,00m, rumo 48° 30' S.O., caindo no Rio Claro, fechando-se dessa maneira o perímetro. Matrícula nº 580 do Registro de Imóveis de Engenheiro Beltrão/PR. Lote 04: Denominado "FAZENDA ADAMANTINA" (parte) constituída pela subdivisão dos lotes nºs 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 53-A, 55 e 57, da Seção Rio Claro, Gleba Rio Mourão, do município de Engenheiro Beltrão/PR, com a área de 13,00 alqueires, ou sejam, 31,46 ha, com as seguintes confrontações: "Linha de testada, com</p>			

20/05/2019 - 05:00

ICMS sobre querosene de aviação traz guerra fiscal de volta a Estados

Por **Marta Watanabe**

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre querosene de aviação (QAV) está no centro do que Estados consideram uma nova guerra fiscal. A disputa por redução de alíquotas sobre querosene generalizou-se entre os entes e é a mais acirrada desde que houve a convalidação dos incentivos e foi, simultaneamente, vedada aos Estados a concessão de novos benefícios.

Atualmente um convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) permite a redução de ICMS sobre QAV para 13 Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. Alguns entes chegam a cobrar ICMS de 3% sobre QAV com base no convênio.

Em reunião do Confaz, na quinta-feira, um grupo de pelo menos seis Estados - Goiás, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo - solicitou a adesão ao convênio. O Distrito Federal propôs alíquota mínima de 7%. Sem consenso, todas as solicitações foram rejeitadas, afirma Rafael Fonteles, secretário da Fazenda do Piauí e coordenador dos Estados no Confaz.

Para Carlos Eduardo Xavier, secretário do Rio Grande do Norte, diz que a questão ficou muito longe do consenso. Ele classifica as rejeições como "absurdas" e diz que o tema criou uma "situação constrangedora". Segundo ele, desde o início do ano levou à pauta do Confaz o pedido de adesão do governo potiguar ao convênio do QAV. "Não conseguimos durante todo esse tempo evoluir nessa negociação. Os Estados que estão no convênio não querem a entrada dos demais."

Xavier argumenta que o convênio é importante para que o Rio Grande do Norte consiga selar um acordo com as companhias aéreas para atrair novos voos ao Estado. "Enquanto isso não for resolvido, vamos travar todas as discussões no Confaz, vou pedir vistas de tudo", diz ele, mencionando que a estratégia deve ser compartilhada por outros Estados que também querem aderir ao convênio. O Estado, segundo Xavier, cobra ICMS de 12% sobre QAV, na regra geral. Um decreto estadual, explica ele, chega a prever alíquota de 3%, mas ela não é aplicada porque exige como contrapartida requisitos que nenhuma companhia aérea cumpre no Estado no momento.



Cristiane Schmidt: "Por causa de São Paulo, todos querem aderir para ter a possibilidade de entrar na guerra se precisarem"

Disputa de ICMS

Alíquotas mínimas sobre querosene de aviação - %

Estado	Alíquota
Ceará	0*
Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rondônia, Tocantins	3
Minas Gerais	4
Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Sul	7
Mato Grosso	10
Rio de Janeiro	11
Alagoas, Distrito Federal, Paraná, Sergipe	12
Goiás	15
São Paulo	25
Paraíba, Piauí, Rondônia	Sem informação

Fonte: Secretaria de Fazenda de São Paulo. *No caso de transportes que possuem todos os itens TAMI e CMI

George Santoro, secretário da Fazenda de Alagoas, diz que a questão do QAV é complexa e resulta num redesenho da malha aérea do Brasil, com impactos no turismo e na economia dos Estados. "O assunto merece tratamento mais equilibrado e estudo mais acurado das repercussões. Mas houve tentativa de votar o assunto açodadamente. E, com o movimento de São Paulo querendo aderir, o que possibilitaria ao Estado reduzir em sete pontos percentuais a sua carga no QAV, fica difícil qualquer Estado se sentir tranquilo", diz ele. Santoro reconhece que a iniciativa de São Paulo não viola a legislação, mas, segundo

ele, tem grande repercussão econômica sobre os demais locais.

O Estado de São Paulo anunciou em fevereiro a redução de 25% para 12% do ICMS sobre QAV. Paralelamente ao pedido de adesão ao convênio do Confaz, o governo paulista enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei propondo a alíquota menor a partir do próximo mês.

A Lei Complementar 160/2017 permitiu aos Estados a convalidação dos incentivos irregulares de ICMS existentes anteriormente e proibiu a oferta de novos incentivos. Mas a mesma lei deixou uma brecha ao permitir que os entes federados façam a chamada "cola", que é a possibilidade de reproduzir reduções do imposto oferecidas por Estados da mesma região.

Em nota, a Secretaria da Fazenda de São Paulo diz que a medida visa equalizar a alíquota do Estado com as já aplicadas por outros, como Rio Grande do Sul (7%), Minas Gerais (4%) e Paraná (12%). O objetivo, diz a Fazenda, é estimular investimentos e gerar empregos. A ação do governo paulista, salienta a nota, vai na contramão de qualquer guerra fiscal. "A iniciativa ajuda a recuperação da atividade econômica em todo o país", diz. São Paulo tem hoje a maior alíquota de ICMS sobre QAV, de 25%. Segundo ofício do projeto de lei enviado à Assembleia, das 27 unidades da federação, 18 praticam alíquotas de até 12%.

Para Cristiane Schmidt, secretária da Fazenda de Goiás, um dos Estados que querem entrar no convênio, a iniciativa paulista fez muita diferença no cenário. "Por causa de São Paulo, todos querem aderir para ter a possibilidade de entrar na guerra se precisarem. Isso é uma estratégia kamikaze", diz ela. "Todos juntos, de mãos dadas para o fundo do poço por causa da guerra iniciada por São Paulo, o Estado mais rico do país. Fazem isso dentro da total legalidade, mas, ao meu ver, com grande irresponsabilidade e pouquíssimo pensamento na federação e em suas desigualdades regionais."

Xavier, do Rio Grande do Norte, não vê muita relação entre a iniciativa de São Paulo e a dificuldade em resolver o assunto dentro do Confaz. Para ele, há uma resistência dos Estados que já aproveitam o convênio, o que, segundo ele, cria condições desiguais. "É uma guerra fiscal do QAV. A guerra está posta, mas nem todos podem guerrear."

Não é a primeira vez que o Estado de São Paulo, já sob gestão do governador João Doria, enfrenta reação negativa de outros Estados a um incentivo fiscal no Confaz. Em março, o secretário da Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, questionou, em reunião do conselho, regime especial pelo qual o governo paulista permitiu o diferimento do ICMS em operações de fornecimento de matérias-primas e insumos para estaleiros.

Segundo Padilha argumentou à época, o incentivo visava aumentar a competitividade de consórcio de São Paulo em licitação de US\$ 1,6 bilhão para a construção de quatro corvetas da Marinha. O incentivo, disse Padilha, criou "concorrência desleal", o que prejudicaria os demais consórcios, inclusive o liderado por estaleiro pernambucano. A licitação foi vencida por consórcio catarinense.

Na época, Milton Luiz de Melo Santos, secretário-adjunto da Fazenda e Planejamento de São Paulo, defendeu o incentivo, que, segundo ele, foi concedido porque poderia propiciar o início da atividade de construção de corvetas no Estado, gerando empregos e renda. Segundo ele, São Paulo replicou na época incentivo concedido pelo Rio de Janeiro, seguindo o que foi possibilitado pela Lei Complementar 160/17.

20/05/2019 - 05:00

Reforma tributária vai mirar unificação de impostos federais

Por **Bruna Serra**

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, disse ontem que o projeto de reforma tributária do governo vai começar a ser detalhado no mês que vem para discussão com o Congresso. Segundo ele, a proposta vai se concentrar na unificação de tributos federais, já que a inclusão de impostos estaduais poderia complicar demais a aprovação da matéria.

A declaração foi dada poucos dias depois de o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), iniciar a tramitação de um projeto próprio da Casa, que inclui os impostos estaduais. Maia tem dito que a reforma tributária é tão

importante quanto a previdenciária e que essa pauta terá a "digital" da Câmara.

"Nossa preocupação com a reforma dos Estados é o grau de complexidade para aprovar. Se ficar muito complexo aprovar uma que envolva Estados, vamos trabalhar numa federal, em que a gente mostre como simplifica e os Estados tendem a seguir", disse Guarany, que participou do Brazil Forum, na Universidade de Oxford.

Segundo ele, o princípio do texto será a unificação do máximo de impostos federais, com vistas à simplificação e, futuramente, uma eventual redução da carga.

"Tem que deixar o mais simples possível. O avanço disso ainda está em discussão. Já discutimos se tributamos pagamentos ou não, por exemplo, mas isso é outro debate. Obviamente também estamos preocupados com progressividade e regressividade, mas o foco é unificação para simplificação. E, quando conseguirmos espaço fiscal, fazer redução."

Sobre a reforma da Previdência, Guarany disse estar confiante na aprovação do texto pelo Congresso sem mudanças significativas. Para ele, os eventuais ajustes não vão alterar o conteúdo principal e, especialmente, a economia de R\$ 1 trilhão desejada pelo governo. Com esse valor, segundo ele, será possível viabilizar a adoção do regime de capitalização na Previdência.

Ele garantiu que as conversas com o Congresso estão avançando e que não vê a possibilidade de não aprovação da reforma, apesar das rusgas entre o governo Jair Bolsonaro e deputados.



CCJ ouvirá Appy e outros especialistas para debater reforma tributária

O economista Bernard Appy, mentor da proposta de reforma tributária apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), foi convidado para participar na próxima semana da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

Mariana Haubert, O Estado de S. Paulo

17 de maio de 2019 | 16h47

BRASÍLIA - A **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** da Câmara ouvirá na próxima semana especialistas para debater a reforma tributária no colegiado. Dentre eles, está o mentor da proposta, o economista **Bernard Appy**.

De acordo com o presidente da CCJ, **Felipe Francischini** (PSL-PR), já foram convidados também o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, o ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que já foi relator de uma outra proposta de reforma tributária analisada pela Câmara no ano passado, o professor e especialista em Direito Tributário Ricardo Lodi Ribeiro e o presidente da Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Maneira.

Segundo Francischini, os especialistas serão ouvidos em audiências públicas na terça, 21, e na quarta-feira, 22. Ele também quer colocar a proposta em votação na quarta-feira. O relator da proposta na comissão, João Roma (PRB-BA), já apresentou seu parecer favorável à aprovação do texto.

Parlamentares favoráveis ao tema, incluindo o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), se adiantaram ao governo e apresentaram a PEC antes que a equipe econômica terminasse de formular uma proposta própria.

O texto em análise é baseado nas ideias do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Ele defende a criação de um novo tributo de bens e serviços, do

tipo imposto de valor agregado (IVA), com a unificação do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS, com transição de 10 anos.

FOLHA DE S.PAULO

Após ameaça de comissão, Bolsonaro tenta salvar PEC original da Previdência

Presidente participa de reunião para discutir 2ª etapa de propaganda do projeto; aliados buscam amenizar riscos de texto substitutivo

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Paulo Saldaña, Daniel Carvalho e Talita Fernandes

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PSL) tenta trazer a reforma da Previdência de volta ao foco nesta semana depois de as discussões terem perdido espaço no Congresso para os cortes na educação.

A orientação do Palácio do Planalto é trabalhar pela manutenção do texto original apresentado pela equipe econômica de Paulo Guedes.

Reuniões para discutir as mudanças nas regras da aposentadoria estão marcadas para esta segunda-feira (20).

Em uma delas, Bolsonaro vai participar para a definição do tom que será adotado na segunda etapa da campanha publicitária em defesa do projeto do governo.

Neste domingo (19), o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), minimizou as alterações que podem ocorrer no texto e afirmou que o governo vai batalhar para manter a essência da proposta.

“O texto é complexo, e é natural que se apresente um substitutivo, já que qualquer pequena modificação pode obrigar a adaptação de toda proposta”, disse ele.

“Vamos dialogar para que se mantenha o texto encaminhado pelo governo, a sua essência”, afirmou ao chegar ao Palácio da Alvorada, onde se reuniu com Bolsonaro.

O presidente da comissão especial da Câmara, Marcelo Ramos (PR-AM), disse na sexta-feira (17) que os líderes

partidários da Câmara podem apresentar uma proposta própria de alteração das regras previdenciárias.

Também no domingo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), recebeu o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e o relator da reforma na comissão, Samuel Moreira (PSDB-SP).

Segundo Maia, a reunião já estava marcada e eles não discutiram “nada de mais”.

A reforma será também tema de uma reunião entre Marinho, Moreira e o ministro Guedes nesta segunda-feira.

Eles devem debater uma estratégia para neutralizar a ideia de apresentar um texto alternativo ao da PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que foi entregue pessoalmente por Bolsonaro ao Congresso em fevereiro.

O governo já trabalha com a possibilidade de alterações

no texto nesta segunda etapa da tramitação da reforma, em comissão especial, mas teme que as modificações prejudiquem o objetivo de economizar mais de R\$ 1 trilhão em dez anos.

Articuladores da comissão especial que analisa a reforma na Câmara dizem que, diante da fragilidade do governo, o Congresso resolveu assumir o protagonismo da principal bandeira de Bolsonaro.

No entanto, eles afirmam que não se trata de descartar o texto do governo para apresentar uma nova proposta.

Segundo relatos de integrantes da comissão, deputados têm encontrado dificuldade para coletar as assi-



O texto é complexo, e é natural que se apresente um substitutivo, já que qualquer pequena modificação pode obrigar a adaptação de toda proposta

Major Vitor Hugo (PSL-GO)
líder do governo na Câmara



O relator [está] fazendo sua parte

de ouvir para tomar decisões na construção de seu relatório

Rogério Marinho
secretário especial de Previdência e Trabalho

naturas necessárias para que apresentem emendas com alterações ao texto.

Diante deste cenário, a cúpula do colegiado resolveu adiar o prazo para apresentação de emendas, que terminaria nesta quinta-feira (23), em uma semana.

Além disso, aqueles que não conseguirem apoio suficiente poderão encaminhar sugestões de mudanças para o relator da reforma. Se concordar, ele pode acatar a alteração como se fosse dele.

Segundo Marinho, a reunião foi tranquila e Moreira está trabalhando para apresentar seu parecer na primeira semana de junho, após as audiências na comissão.

“O relator [está] fazendo sua parte de ouvir para tomar decisões na construção de seu relatório”, disse Marinho.

O secretário também afirmou ver como natural a apresentação de emendas e a dilatação de prazo para que sejam apresentadas.

Major Vitor Hugo também minimizou o impacto no Congresso — e na tramitação de projetos de interesse do governo — da mensagem distribuída por Bolsonaro na sexta, na qual se diz que o país é ingovernável. O texto não é de autoria do presidente.

O deputado diz não acreditar que haverá reflexos negativos para as discussões da reforma da Previdência. Para ele, o texto compartilhado foi “só uma avaliação” de Bolsonaro.

“Vamos continuar trabalhando para aproximar ainda mais o governo do Congresso”, disse.

Leia mais na pág. A4

De olho no longo prazo, ações para a primeira infância ganham força

Continuação da pág. B1

"Se não houver desenvolvimento cognitivo, nutricional e socioemocional na primeira infância, todo o investimento que se fizer em educação básica terá pouco retorno, pois as crianças já chegam à escola com deficiências importantes", diz Rita Almeida, economista do Banco Mundial.

Por isso, os projetos de atenção à primeira infância têm buscado fortalecer os vínculos afetivos entre pais e filhos e orientar os responsáveis tanto em questões relacionadas à saúde quanto ao desenvolvimento de forma mais ampla.

"As famílias de renda alta têm acesso à informação e se mobilizam para que seus filhos atinjam seu potencial. É muito mais custoso para as famílias pobres fazerem o mesmo", diz o economista brasileiro Flávio Cunha, coautor de Heckman em trabalhos pioneiros sobre o tema.

Pesquisador na Universidade Rice, nos Estados Unidos, Cunha acaba de testar na Filadélfia um programa que incentiva pais de baixíssima renda a conversarem mais com os filhos. Estudos anteriores mostram que a linguagem de crianças pobres aos 36 meses equivale à das nascidas em famílias de alta renda aos 24 meses.

"O estímulo à maior interação verbal é menos custoso para essas famílias porque ela é integrada mais facilmente à rotina e é prazerosa", diz Cunha.

Um primeiro passo do pro-

jecto, que durou 13 semanas, foi explicar aos pais como funciona o cérebro infantil, tema sobre o qual há grande desconhecimento.

Pesquisa feita pela FMCSV em 2017 mostrou que, no Brasil, 40% dos pais ignoravam o potencial de desenvolvimento até os seis meses de idade, e a vasta maioria dos participantes não sabia que esse processo tem início já na gestação.

Depois da fase introdutória, em que esses conceitos são apresentados, o experimento de Cunha e seus coautores evoluiu para as visitas já voltadas ao monitoramento da interação verbal dentro das famílias. As palavras trocadas entre os participantes eram mensuradas por um gravador digital acoplado na roupa do principal cuidador.

Ao longo do programa, os responsáveis recebiam dicas dos visitadores sobre como intensificar as conversas com as crianças. O resultado foi um aumento de 52% no número de interações verbais entre pais e filhos. "Os pais passaram a acreditar que as interações são importantes para o desenvolvimento da linguagem da criança", diz Cunha.

O economista, que participou do projeto patrocinado pelo Banco Mundial no Ceará —cujos resultados estão sendo mensurados—, pretende replicar o experimento da Filadélfia no Brasil.

Outros programas voltados à primeira infância no país também terão seu impacto avaliado, o que ainda é raro

no universo de políticas públicas brasileiro.

Um piloto de visitação domiciliar conduzido no bairro do Butantã (zona oeste de São Paulo) com 800 crianças de 9 a 12 anos já foi avaliado e teve resultado positivo.

As famílias de metade das crianças —chamadas de grupo tratamento— receberam visitas quinzenais de 45 minutos para orientação. Os agentes ensinavam os responsáveis a estimular seus filhos por meio de brinquedos feitos a partir de materiais recicláveis do dia a dia.

O desenvolvimento tanto das crianças participantes quanto das pertencentes ao

chamado grupo controle —que não recebeu a intervenção— foi acompanhado.

Após um ano, o desenvolvimento das crianças participantes ficou acima do das pertencentes ao grupo que não recebeu a intervenção tanto na pontuação geral quanto em cada um dos itens analisados: desenvolvimento motor, cognitivo e de linguagem.

Resultados precisos ainda serão divulgados. Alexandra Brentani, responsável pelo projeto, acredita que seus efeitos serão duradouros: "A experiência muda a forma como a mãe vê a criação de uma criança", diz ela, que é do departamento de pediatria da Faculdade de Medicina da USP.

Mas, segundo pesquisadores, será importante nos próximos anos reunir mais evidências do impacto de longo prazo desses programas para que o apoio político, empresarial e das famílias continue aumentando.

O economista do Ipea Rafael Guerreiro Osório, que estuda pobreza e inclusão social, chama a atenção para o fato de que o investimento na primeira infância, "vital para o desenvolvimento do país", tem resultados de longo prazo. Por isso, afirma, deveria ser aliado a medidas que mitiguem a pobreza das famílias de forma mais imediata.

"É preciso criar empregos para pessoas menos qualificadas, com impacto nos locais em que elas moram, como saneamento e infraestrutura urbana", afirma.

40% dos pais ignoram potencial de desenvolvimento até os 6 meses de idade

Quando a criança começa aprender, em %



Fonte: Pesquisa Ibope com pais de crianças de até 3 anos, realizada em 2017; resposta única, est. múltipla

Tribuna

Guedes prevê enxurrada de “notícias boas” após reforma da Previdência

O ministro da Economia, Paulo Guedes, previu que haverá uma “enxurrada de notícias boas” no segundo semestre, após a aprovação da reforma da Previdência. Ele também classificou de barulho as notícias sobre o mau resultado do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, garantindo que as expectativas vão se reverter rapidamente após a aprovação da reforma. Guedes participou hoje (17) do 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic) e, entre outros acenos para o setor, disse que o governo fará um choque da energia barata, entre 30 a 60 dias, para ajudar a economia.

“O choque da energia barata, se cortar o gás pela metade do preço, permite a reindustrialização do Brasil.

Hoje o gás é queimado, quando se retira o petróleo. Só a Vale está dizendo que vai investir US\$ 20 bilhões nos próximos 10 anos, para fazer os gasodutos. Tem muita coisa positiva vindo por aí.

Nós estamos tentando manter o foco. A bola está na marca do pênalti. Chutou a bola para dentro, vai começar uma enxurrada de notícias boas, que nós estamos preparando para o segundo semestre”, disse o ministro, que foi aplaudido pelo público do encontro, formado principalmente por representantes da indústria da construção.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia e o ministro da Economia, Paulo Guedes, participam do Encontro Nacional da Indústria da Construção, na Barra da Tijuca.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia e o ministro da Economia, Paulo Guedes, participam do Encontro Nacional da Indústria da Construção - Fernando Frazão/Agência Brasil

Guedes, que subiu ao palco do evento com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), elogiou a participação do Congresso na condução da reforma da Previdência, considerada por ele como “a mãe das reformas”.

“Nós estamos muito confiantes na liderança dele [Rodrigo Maia] na Câmara dos Deputados, no apoio político que estamos recebendo lá. Rodrigo tem sido muito construtivo como presidente da Câmara. O [senador e presidente do Senado] Davi Alcolumbre [DEM-AP] também nos tem dado todo apoio.

Tribuna

Relator quer apresentar relatório da reforma da Previdência em 15 dias

O ESTADO DE S. PAULO

O relatório final da reforma da Previdência deve ser apresentado em 15 dias. A previsão foi dada pelo relator da proposta, Samuel Moreira (PSDB-SP), ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o secretário da Previdência, Rogério Marinho, em encontro na manhã ontem. Os três se reuniram por cerca de duas horas na residência oficial da Presidência da Câmara. O objetivo inicial era tratar dos ajustes no texto que vai alterar as regras da aposen-

tadoria no País, mas também serviu para que Maia sinalizasse ao governo que vai encampar a proposta final do relator.

O Planalto teme que o Centrão apresente um projeto em separado do substitutivo que está sendo elaborado por Moreira. O governo aceita perder as mudanças propostas para o benefício de prestação continuada (BPC) e para a aposentadoria rural, mas quer preservar a essência da proposta. No dia 1º de maio, durante evento das centrais sindicais em São Paulo, o presidente do Solidariadade, Paulo da Força, afirmou que o Centrão não ia aprovar uma

reforma que "reelegesse" o presidente Jair Bolsonaro.

Por telefone, Moreira afirmou que pediu o encontro com Maia e Marinho para discutir a "funcionalidade" do relatório. A ideia de Moreira é apresentar o texto logo após encerramento das audiências públicas que estão sendo realizadas pelo comissão especial que analisa a matéria. "De fato, o relator tem que esperar as audiências para encerrar o texto", Marinho ao Estado. Na sexta-feira, dia 17, o presidente da Comissão Especial que analisa a reforma na Câmara, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), afirmou que um grupo de deputados do



O RELATOR da PEC da Previdência, Samuel Moreira, se encontrou com Rodrigo Maia e Rogério Marinho ontem

Centrão decidiu que o projeto de reforma da Previdência terá a marca do Parlamento, e não a do Executivo. Assim, a ideia é apresentar um texto alternativo ao enviado pelo governo, de forma a garantir que o projeto tenha o DNA da Câmara, sem mudar os prazos de tramitação, no entanto. Na segunda-feira, 20, está prevista outra reunião do relator da proposta com a

equipe econômica do governo, mas, desta vez, no Ministério da Economia, com a presença do ministro Paulo Guedes e de todos os secretários da pasta.

A reunião com o ministro Paulo Guedes na segunda-feira está marcada para as 14h. Participam das discussões o secretário executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, o secre-

tário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, o secretário adjunto de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, o secretário de Previdência, Leonardo Rolim, e os assessores Daniella Marques, Marcelo Siqueira, Bruno Travassos e Vitor Saback, além do assessor especial de Guedes, Guilherme Afif Domingos.

Bolsonaro - O presidente Jair Bolsonaro (PSL) postou um vídeo na sua conta no Facebook em que um pastor estrangeiro afirma que ele foi "escolhido por Deus" para comandar o País. Ao compartilhar o vídeo, Bolsonaro escreveu que "não existe teoria da conspiração, existe uma mudança de paradigma na política" e que "quem deve ditar os rumos do país é o povo! Assim são as democracias".

No vídeo compartilhado pelo presidente, o pastor Steve Kunda, nascido no Congo e fundador de uma igreja evangélica em Orleans, na França, defende o presidente como um político "estabelecido por Deus" para guiar o País. Em francês, Kunda cobra apoio a Bolsonaro e pede que não se façam críticas nem oposição ao presidente.

20/05/2019 - 05:00

Incertezas para os juros vão além da Previdência

Por Alex Ribeiro



Uma boa parte do mercado financeiro acredita que a reforma da Previdência vai determinar o rumo da política monetária. Para muitos, com o bom encaminhamento do projeto, o Banco Central poderá finalmente cortar os juros para estimular a fraca economia.

Sem ignorar a importância da reforma, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC nunca vinculou os passos da política monetária a eventos específicos do calendário político. O que importa é algo mais subjetivo: como a inflação será afetada pelas expectativas dos mercados sobre o

encaminhamento das reformas necessárias à solvência fiscal.

O que interessa saber, portanto, é se os mercados estarão seguros de que os desequilíbrios fiscais estão sendo de fato equacionados, uma vez aprovado o projeto de reforma da Previdência. E como isso afeta atividade e inflação

Para BC, importa a percepção sobre o equilíbrio fiscal

A reforma da Previdência é uma condição necessária, mas não suficiente, para o equilíbrio fiscal. Foi o que reconheceu, na semana passada, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em evento do banco BTG Pactual em Nova York. Mesmo com o ajuste no sistema de aposentadorias e pensões, o cumprimento do teto constitucional de gasto público não está garantido, e o país poderá caminhar em direção ao que chamou de "colapso social".

Maia esclareceu, em entrevista ao **Valor**, que não estava pregando um afrouxamento do teto de gastos, mas enfatizando que a agenda de reforma fiscal terá que ter continuidade depois da aprovação da reforma da Previdência. Ele citou a desvinculação de gastos obrigatórios do Orçamento e uma reforma administrativa para reinar sobre as despesas com o funcionalismo.

A Instituição Fiscal independente (IFI), que em pouco tempo se firmou como uma fonte confiável de dados e análises técnicas na área, divulgou na semana passada as suas primeiras projeções para a evolução das contas fiscais já levando em conta a economia nos gastos prevista com a aprovação da reforma da Previdência. A conclusão: será preciso ir além para garantir a solvência do setor público.

A IFI calcula que, para recuperar a sustentabilidade da dívida bruta, que chegou a 78,4% do Produto Interno Bruto (PIB), será preciso um superávit primário de 1,7% do PIB. O ajuste fiscal necessário, portanto, é de 3,3 pontos percentuais do PIB, considerando que hoje temos um déficit primário de 1,6% do PIB. Pelas projeções do IFI, o déficit primários seria zerado apenas entre 2025 e 2026 e, nos anos seguintes, a dívida bruta se estabilizaria e começaria a cair.

Esse é cenário-base da IFI, que considera que o governo vai ter uma boa dose de sucesso na aprovação da reforma da Previdência, mantendo 80% da economia do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e 100% dos ganhos no abono salarial. Embora a IFI ainda não tenha concluído uma estimativa para a economia da reforma no setor público, pode-se afirmar que o cenário-base é consistente com o governo manter uma economia de R\$ 1 trilhão do R\$ 1,23 trilhão da proposta original.

A projeção-base da IFI é, portanto, um tanto otimista, inclusive porque projeta reajustes do salário mínimo apenas pela inflação. Mas, mesmo assim, são grandes as chances de estouro do teto de gastos em 2022. O equilíbrio fiscal só é conquistado, nesses exercícios, devido ao gatilho de medidas que deve ser acionado quando estoura o teto, que inclui a suspensão de reajustes de servidores e de novas contratações.

É uma solução traumática, por isso a própria IFI chama a atenção no relatório para a necessidade de novos ajustes. Como órgão técnico, a IFI não faz considerações sobre as melhores alternativas, mas coloca o cardápio, citando a desvinculação de gastos, aumento de impostos e medidas de aumento de produtividade. "A aprovação da reforma da Previdência é fundamental porque, ao sair do caminho, abre a discussão do que mais fazer para o equilíbrio fiscal", afirma o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, ao **Valor**.

A aprovação da reforma da Previdência poderá aumentar a confiança dos mercados no equacionamento fiscal. Ajuda muito o fato de Rodrigo Maia declarar que pretende liderar essa agenda de reformas complementares, já que no governo reina o caos político. Mas os humores do mercado serão determinados pelas reais chances de aprovação da nova rodada de reformas.

Christopher Garman, diretor-gerente para as Américas da Eurasia Group, aumentou na sexta-feira de 70% para 80% as chances de aprovação da reforma da Previdência, mas tem muitas dúvidas sobre a capacidade de Maia mobilizar a base para ir além no ajuste das contas públicas. "O Maia está se mostrando um protagonista, mas estou cético de que possa ser um 'driver' do ajuste fiscal", disse ao **Valor**. "É bem mais difícil politicamente tirar recursos de alguns setores na desvinculação orçamentária, não é uma agenda que ele terá muito respaldo."

Garman, que nas eleições cunhou a expressão quase-reformista para designar um governo Bolsonaro, pela vontade de fazer reformas, mas baixo poder de mobilização no Congresso, considera provável a aprovação do projeto de independência do Banco Central. Mas, ao mesmo tempo, prevê que Maia deverá negociar compensações para Estados e municípios em dificuldades que tenderiam a desagradar a equipe econômica.

Um eventual prolongamento das incertezas poderá ter repercussões desfavoráveis para a economia. Em apresentação na Câmara dos Deputados, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, apresentou um gráfico com evolução dos índices de confiança empresarial e de investimento que ilustra muito bem o dilema diante do Copom. Em geral, esses dois indicadores andam juntos - quando a confiança sobe, os investimentos acompanham o movimento, em seguida.

Desde fins do ano passado, depois que se dissiparam os piores temores dos mercados em relação às eleições, os níveis de confiança começaram a subir. Os investimentos, porém, não reagiram. Há uma rara divergência entre níveis de confiança e investimentos, que não tende a perdurar. Ou os investimentos sobem - este é o cenário central do BC - ou a confiança volta a desabar.

Alex Ribeiro é repórter especial

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br



Não haverá nova proposta da Reforma, diz líder do governo na Câmara

Renato Onofre, O Estado de S. Paulo

19 de maio de 2019 | 12h05

O líder do Governo na Câmara dos Deputados, [Major Vitor Hugo](#) (PSL-GO), disse neste domingo (19) que após conversar com o relator da **reforma da Previdência** na Comissão Especial, Samuel Moreira (PSDB-MG), não acredita em um novo texto da reforma da Previdência.

"Eu conversei com o relator (*da Previdência*) e ele explicou que não haverá uma [nova proposta de Previdência](#). Um texto como este é complexo e é natural que se apresente um substitutivo já que qualquer pequena modificação pode obrigar a adaptação de toda proposta. Vamos dialogar para que se mantenha o texto encaminhado pelo governo, a sua essência", afirmou Vitor Hugo, ao chegar no Palácio da Alvorada para se reunir com o presidente Jair Bolsonaro.

Major Vitor Hugo, líder do governo na Câmara Foto: Dida Sampaio/Estadão

Neste domingo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), [recebe na residência oficial o relator da reforma da Previdência](#), Samuel Moreira (PSDB-SP), e o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, para tratar dos ajustes no texto que vai alterar as regras da aposentadoria no País. Na segunda-feira, 20, está prevista outra reunião do relator da proposta com a equipe econômica do governo, mas, desta vez, no Ministério da Economia, com a presença do ministro Paulo Guedes e de todos os secretários da pasta.

Ao **Estado**, na sexta-feira, o presidente da Comissão Especial que analisa a reforma na Câmara, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), afirmou que um grupo de deputados decidiu que o [projeto de reforma da Previdência terá a marca do Parlamento](#), e não a do

Executivo. Assim, a ideia é apresentar um texto alternativo ao enviado pelo governo, de forma a garantir que o projeto tenha o DNA da Câmara, sem mudar os prazos de tramitação, no entanto. O líder do governo minimizou as alterações.

No sábado, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse ao **Estado** que está em constante diálogo com o relator Samuel Moreira e com Rodrigo Maia para apoiá-los na elaboração das mudanças no projeto enviado pelo Executivo. As mudanças na concessão da aposentadoria rural e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) devem ser excluídas do projeto.

20/05/2019 - 05:00

Conselho de Gestão Fiscal passa na Câmara

Por **Raphael Di Cunto e Renan Truffi**

Longos 19 anos após ser enviado ao Congresso Nacional, o projeto de lei que cria um Conselho de Gestão Fiscal (CGF) para centralizar as decisões normativas sobre matérias fiscais e eliminar divergências na contabilidade da União, Estados e municípios foi finalmente aprovado pela Câmara dos Deputados e será votado agora no Senado.

O CGF terá como função harmonizar diferentes interpretações sobre questões fiscais (como quais gastos devem ser computados como despesa de pessoal) e editar normas gerais de consolidação das contas públicas e de padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, deverá disseminar práticas que resultem em mais eficiência na execução do gasto público, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal. O conselho ainda deverá estabelecer regras simplificadas de contabilidade para os municípios com até 50 mil habitantes e realizar estudos e diagnósticos sobre as contas do país.

A existência desse conselho está prevista desde 2000 como um dispositivo para acompanhar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o projeto para efetivamente criar o órgão andou vagarosamente durante anos por divergências sobre sua composição e sobre se estaria avançando sobre prerrogativas dos tribunais de contas.

No fim do ano, após um acordo com deputados do PT, o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado Hildo Rocha (MDB-MA), aceitou colocar no conselho representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais estaduais, que substituíram os conselhos federais de Economia (Cofecon) e Administração (CFA), que participariam do órgão segundo o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso.

Na versão que será discutida pelos senadores, os integrantes do conselho foram reduzidos de 15 para 14. Dos conselhos federais, só o de contabilidade (CFC) terá direito a indicar representante na nova composição. Ministério Público, Judiciário e Legislativo terão um assento cada. Os municípios terão dois conselheiros, os governadores outros dois e o governo federal terá quatro. O indicado pelo Ministério da Fazenda (hoje Ministério da Economia) presidirá o colegiado e terá o voto de desempate.

O texto foi aprovado em novembro de forma conclusiva na CCJ, quando dispensa aprovação pelo plenário se não houver recurso. O prazo para que os insatisfeitos recorressem acabou às vésperas do recesso e a redação final, última etapa da tramitação na Câmara, foi aprovada pela comissão sem alarde na terça-feira, quando as atenções estavam voltadas para a convocação do ministro da Educação em plenário.

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), que atuou no projeto, a aprovação é um "marco para as finanças públicas em um momento de retração do mercado internacional, insegurança política e crise fiscal".

O conselho será composto por nomes técnicos, que terão mandato de dois anos, sem remuneração e com uma recondução permitida. O projeto determina que eles terão acesso a todas as informações dos governos relativas ao orçamento, às finanças e à contabilidade, e que se reunirão pelo menos uma vez por semestre para reuniões.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 19/05/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Brasil oscila entre a estagnação e a depressão, avaliam economistas

Consultoria aponta que, sem retomada em 2019, renda estacionada levaria a quadro depressivo

19.mai.2019 às 2h00

Anaís Fernandes Érica Fraga
São Paulo

Os economistas passaram os últimos dias avaliando os riscos de o [país voltar à recessão](#) ou estar vivendo um período de estagnação.

Na sexta-feira (17), a consultoria AC Pastore, do ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, acrescentou um novo item à discussão: [o Brasil não apenas](#) está vivendo a [mais lenta retomada](#) da [história](#) como caminha para a depressão.

Não há uma definição fechada para depressão. Em seu “Dicionário de Economia do Século 21”, Paulo Sandroni a define como “fase do ciclo econômico em que a [produção entra em declínio](#) acentuado, gerando queda nos lucros, perda do poder aquisitivo da população e desemprego” —elementos bem presentes no cotidiano nacional atualmente.

Em relatório intitulado “A Depressão Depois da Recessão”, a equipe da AC Pastore considera como principal critério para caracterizar o estado depressivo da economia brasileira a estagnação da renda per capita (valor que é obtido pela divisão do PIB, Produto Interno Bruto do país, que mede a geração de riqueza, pelo número de habitantes).

O relatório destaca que, nos casos de crises econômicas, é importante acompanhar não apenas a profundidade da recessão e a força de uma retomada mas também “saber quanto cada um dos cidadãos que habitam o país perdeu de renda per capita a partir do início da recessão, e nesse campo estamos vivendo um ciclo sem precedentes”, diz o texto.

Como o PIB avançou [apenas 1,1% em 2017 e também em 2018](#) e a população do país cresce 0,8% ao ano, o ganho de renda para cada brasileiro foi de “magnitude insignificante” no período, aponta o relatório.

No fim de 2018, a renda per capita estava 8% abaixo do trimestre imediatamente anterior ao início da recessão.

Para o grupo de Pastore, se o PIB de 2019 crescer de fato [em torno de 1% ou até menos](#), o que é provável, a renda per capita ao fim deste ano estará no mesmo nível de 2018.

“Com a renda per capita mantendo-se por três anos 8% abaixo do pico prévio, só nos resta definir a situação como característica de uma depressão”, diz o relatório.

“[O país está parado](#). Depois da recessão, ainda não tivemos recuperação. A população empobreceu e não recupera a sua renda”, afirma Pastore. “Se isso não é sinal de depressão, não sei o que é.”

Para fechar o diagnóstico, a AC Pastore fez um estudo comparativo com indicadores de crises internacionais que estão na base de dados do Banco Mundial. Também mapeou as crises brasileiras desde 1900 —um levantamento inusual.

No Brasil, as crises costumam ser avaliadas a partir dos anos 1980, porque há dados trimestrais do PIB. Elas são, por exemplo, a base de análise do Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), presidido por Pastore.

No novo levantamento, que considerou queda do PIB per capita em um ano ou mais, foram identificadas 15 recessões seguidas de recuperação entre 1900 e 2018. Com dados trimestrais, o Codace datou nove desde 1980. Crises cambiais e de dívida externa são as mais comuns na história do Brasil.

A análise de que o país flerta com a depressão ainda não é consensual. Para Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullett Prebon, o atual quadro da atividade no país ainda está mais próximo do conceito de estagnação.

Uma série histórica compilada pelo especialista, com base em dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostra que a renda per capita terminará a década atual sem nenhum avanço em relação ao período entre 2001 e 2010, caso se concretizem as projeções atuais do Focus (relatório do Banco Central).

Esse seria o segundo pior resultado desde o início do século passado, perdendo apenas para a década de 1980, quando o rendimento médio do brasileiro recuou 0,4% em relação aos dez anos imediatamente anteriores.

Montero ressalta, porém, que há um agravante em relação à situação atual. Na última semana, houve [novas revisões para baixo do crescimento](#) esperado para 2019. Esses dados aparecerão [no Focus](#) que será divulgado nesta segunda-feira (20).

Se a fraqueza da economia persistir, é possível que consecutivas rodadas de redução das projeções acabem apontando um desempenho [pior nesta década do que nos anos 1980](#).

Outra possibilidade que voltou ao radar dos analistas é que o país mergulhe —ou até já esteja— [em uma recessão](#). Considera-se, então, a definição mais popular desse termo que seria a de dois trimestres consecutivos de queda do PIB (Produto Interno Bruto).

A maioria dos especialistas espera que a economia tenha [contraído 0,2% entre janeiro e março](#) deste ano com relação a outubro a dezembro de 2018, quando havia crescido apenas 0,1%.

No entanto, dada a fraqueza da atividade, é possível que o resultado do primeiro trimestre seja pior do que o estimado. Se isso ocorrer, segundo Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco, haverá [automaticamente uma revisão para baixo](#) do dado relativo ao fim do ano passado.

“Se o primeiro trimestre tem um resultado muito negativo, por uma questão de sazonalidade, a metodologia de cálculo do PIB leva à leitura de que essa fraqueza teve início no período imediatamente anterior”, explica ele.

Embora esse não seja o cenário principal do Itaú Unibanco e de outras instituições, é uma situação considerada factível.

Assim como Montero, Barbosa não considera que a economia brasileira esteja em depressão. “Tudo indica que o consumo ainda está crescendo, mas a situação preocupa. Os poucos dados já disponíveis para o segundo trimestre indicam fraqueza.”

Apesar de projeções de leve expansão do PIB no segundo trimestre, economistas também não descartam uma contração.

Silvia Matos, pesquisadora sênior da área de economia aplicada do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), também vê os números mais perto de uma estagnação.

“Esses ajustes ocorrem, para baixo e para cima”, diz a respeito da possibilidade de o PIB do último período de 2018 ser revisto. Um segundo trimestre ruim, no entanto, acenderia um sinal vermelho.

“Passar por uma perda de vigor no segundo trimestre pode significar que o choque de perda de confiança se tornou mais permanente”, afirma.

Já o terceiro e o quarto trimestres do ano estarão “presos” à [reforma da Previdência](#), diz Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados. “Se aprovar uma reforma ruim, de baixa qualidade, com baixa economia, a gente entra em um cenário complicado, volta a possibilidade concreta de recessão.”

Alessandra Ribeiro, sócia da área de macroeconomia da Tendências Consultoria, também diz não ser possível mais ignorar os riscos de um novo ciclo recessivo, embora a casa trabalhe, por enquanto, com um crescimento de 1,6% para o PIB de 2019.

“Existem fatores externos pesando, como a [desaceleração da economia global](#) e a [crise na Argentina](#). Mas há também a conjuntura doméstica, de [frustração muito grande](#) com o atual governo, o que limita decisões de investimentos e consumo”, afirma.

Caso o governo [não seja capaz de promover o ajuste](#) fiscal esperado —com a reforma da Previdência, por exemplo—, Alberto Ramos, diretor de pesquisa para América Latina do Goldman Sachs, diz que “o mercado pode forçar um [ajuste mais atabalhado](#) e socialmente regressivo”, a exemplo do caso argentino, com crise cambial.

Para Montero, da Tullett Prebon, independentemente do conceito que melhor defina a atividade econômica brasileira e o resultado do PIB um pouco positivo ou negativo, a situação do país inspira preocupação. “A economia está em coma e, por isso, monitoramos se mexe um dedo.”

Mesmo que não sejam computados dois trimestres consecutivos de queda do PIB, entre o fim de 2018 e meados deste ano, é possível que, no futuro, o Codace qualifique o quadro atual como uma recessão.

Isso porque o órgão não se prende apenas ao critério de duas contrações seguidas para datar o início de um ciclo recessivo. Outros fatores, como oscilações [no nível do emprego](#) e da [renda](#), também contam.

Na avaliação de Sérgio Vale, [medidas de estímulo](#) adotadas nos dois anos anteriores, como a [liberação de saques do FGTS](#), têm efeito limitado. “Talvez pudesse ter sido um pouco pior sem, mas qual o efeito concreto? Um acréscimo de 0,1 ou 0,2 ponto percentual de crescimento?”

Para a economia brasileira sair do atoleiro, Affonso Celso Pastore diz que não basta o governo mirar apenas a reforma da Previdência; é preciso dar expectativas à sociedade.

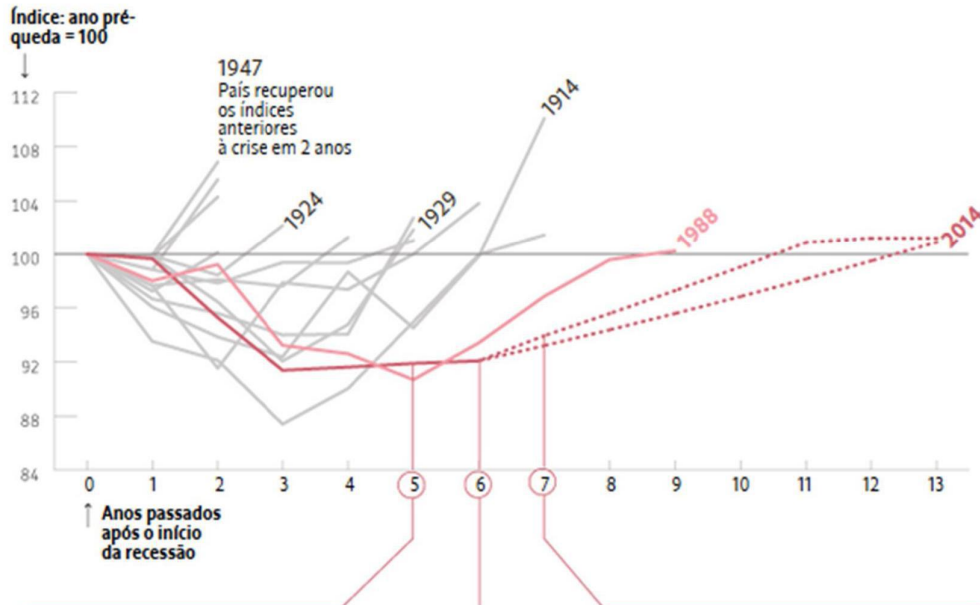
Segundo ele, isso inclui, por exemplo, apressar o programa de infraestrutura e ao menos [lançar o de privatizações](#) —ainda que necessite de um planejamento cuidadoso.

“O governo precisa reconhecer o diagnóstico: a economia está deprimida, precisa de remédios e eles têm limites. Mas ponha os remédios para funcionar”, diz.

Em uma crítica mais estrutural, a diretora do programa de estudos latino-americanos da Universidade Johns Hopkins, Monica de Bolle, diz não ver chance de o Brasil crescer muito acima de 1% sem um bom projeto para a educação.

“Não se trata apenas de um problema de equilíbrio fiscal. Tem o megadéficit da educação. E vai continuar se não houver um plano na área, o que não parece ser o caso deste governo, que [faz da educação](#) campo de [guerra ideológica](#).”

Datas de início de recessão no Brasil e em quantos anos o país se recuperou



Em **2018**, a renda por habitante estava **8,1%** abaixo do nível de 2014; apenas na crise de 1988 o PIB per capita esteve tão baixo em relação ao pico prévio, passado o mesmo período de anos

Com uma projeção de que o PIB cresça **1%** em **2019**, serão três anos consecutivos de renda per capita praticamente estável, e esta se tornará a retomada mais lenta da história do Brasil

Se o PIB crescer **2%** ao ano a partir de **2020**, a renda per capita voltaria ao pico prévio em **2026** (13 anos após início da recessão); se crescer a **2,5%**, atinge em **2024**

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 19/05/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Empresas na Bolsa ignoram dano de PIB menor em 2019

Em relatórios do 1º tri, companhias não citam problemas da economia ou veem crise perto da superação

Tássia Kastner
São Paulo

Empresas brasileiras com [ações negociadas na Bolsa](#) ignoraram, em suas divulgações de resultados do primeiro trimestre, a [piora nas perspectivas](#) para a economia brasileira em 2019 e o [dano que um PIB \(Produto Interno Bruto\) fraco](#) poderá causar nos negócios.

E, para investidores, a mudança tende a reduzir o potencial de ganhos na Bolsa. Em levantamento feito pela **Folha**, das 63 companhias listadas no Ibovespa (o principal índice acionário do país), 37 não citaram problemas macroeconômicos ou então consideraram a crise um problema perto da superação.

No grupo de pessimistas estão 18 empresas, que, em mensagem a investidores ou durante conferência com analistas e a imprensa, manifestaram preocupação. Já entre otimistas se destacam companhias de capital misto como Banco do Brasil e IRB (resseguro). “O início de 2019 demonstrou uma tímida melhora frente ao ano de 2018. No entanto, as incertezas políticas levaram a diversas revisões negativas das estimativas do mercado para o crescimento do PIB, indicando uma lenta [retomada da economia](#) para este ano”, escreveu o Iguatemi.

Nas últimas semanas, economistas passaram a fazer cortes agressivos nas [expectativas de crescimento](#). [O Itaú prevê 1%](#), menor do que o 1,1% registrado em 2017 e 2018. Quando o ano começou, [o mercado alimentava otimismo com o governo Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) e a aprovação da [reforma da Previdência](#).

Em cinco meses, o presidente está envolvido em [disputas com o Congresso](#) e as novas regras para aposentadoria tramitam de forma mais dura que o esperado. Condições adversas limitam o potencial de alta no lucro das empresas e distanciam o Ibovespa de recordes como os 140 mil pontos aventados por analistas de mercado no auge do otimismo. A Bolsa fechou a sexta-feira (17) [na mínima do ano \(89.992 pontos\)](#), frustrando aqueles que esperavam ver o índice [recuperar os 100 mil pontos testados](#) em março.

“A Bolsa retrata de maneira muito clara a expectativa do mercado como um todo sobre o futuro. Quando se vê a Bolsa caindo, a primeira leitura é que a expectativa do investidor com o lucro das empresas está diminuindo”, afirma Otto Nogami, professor de economia do Insper. No primeiro trimestre, os números das empresas ainda não refletiram a piora das condições econômicas: descontando Vale e Petrobras, o BTG calculou que o lucro líquido agregado das empresas subiu 5,7%.

O resultado foi abaixo, porém, das estimativas. “O que para mim é um reflexo de que a economia já está pior é a sensação de que os resultados foram ruins”, afirma Carlos Sequeira, chefe de pesquisa de ações para América Latina do BTG Pactual. Ele ressalta que, das companhias analisadas, 31% foram melhor que o esperado, enquanto 28% tiveram desempenho abaixo do estimado. É a menor diferença em muitos trimestres, diz.

Já a ausência de comentários que antecipem a piora do ambiente macroeconômico estaria ligada à maior dificuldade de recalculer os rumos do próprio negócio com a reversão tão rápida de expectativas. No mercado financeiro, são apenas ajustes em planilhas de Excel, compara. “É difícil que varejo e indústria consigam manter expectativas para 2019 quando imaginavam PIB de 3% e agora projetam 1%”, afirma Sequeira.

Para Nogami, do Insper, há um receio do empresariado em verbalizar o pessimismo. “Quando ele começa a pintar o cenário, cria um desestímulo dentro da empresa, a produtividade cai, começa a ter problema de comando. É preferível manter a esperança de que a coisa vai melhorar”, diz. Em relatório sobre o setor varejista, o banco UBS citou que investidores estão um pouco mais pessimistas do que no início de 2019, mas que a maioria das companhias de varejo sugere a continuidade de um momento positivo.

Ainda assim, executivos estão em alerta para a revisão do PIB feita por economistas nas últimas semanas, afirmaram os analistas do banco. Entre as varejistas de eletrônicos, vestuário e calçados listadas no Ibovespa, não aparecem comentários negativos. O comércio sofreu no primeiro trimestre e depende da recuperação da renda e da confiança do consumidor para seguir se expandindo.

A Hering, fora do índice, trouxe um alerta a seus investidores: “A instabilidade política e econômica que o país enfrenta nos deixa cautelosos”, disse a companhia, para depois se considerar confiante. Já a Grendene, cujo lucro despencou no primeiro trimestre, vê o ano perdido. “Diante da realidade observada no 1T19, não podemos mais falar em recuperação de consumo de calçados no mercado brasileiro para este ano, permanecendo completamente indefinido como a economia, o consumo e o consumidor devem se comportar”, escreveu a empresa.

Nogami, do Insper, diz que o medo é se de voltar ao buraco. “A gente começa a imaginar: será que estamos em um processo de um terceiro impeachment? Quando começa a ter esse tipo de percepção, todo mundo tranca o bolso.”

o que dizem As Companhias listadas No Ibovespa

"Ainda não vimos a renda disponível retomando o crescimento, o que provavelmente iria proporcionar um crescimento significativo"

Ambev Bebidas

"O primeiro trimestre foi marcado por incertezas em relação a aprovação de reformas"

Klabin Papel e celulose

"Nosso guidance [meta] é conservador porque existem ainda muitas incertezas. Trabalhávamos com crescimento de 2% para o PIB. Há três meses, esse número era conservador, mas atualmente é otimista"

BB seguridade Finanças

"Tensões na relação entre o Executivo e o Legislativo, motivadas pela articulação para aprovação da reforma da Previdência, arrefeceram o otimismo"

Cyrela Construção

"Tivemos grandes expectativas no fim do ano passado e nós começamos este ano vendo que essas expectativas alongaram-se um pouco no tempo"

Fleury Laboratórios

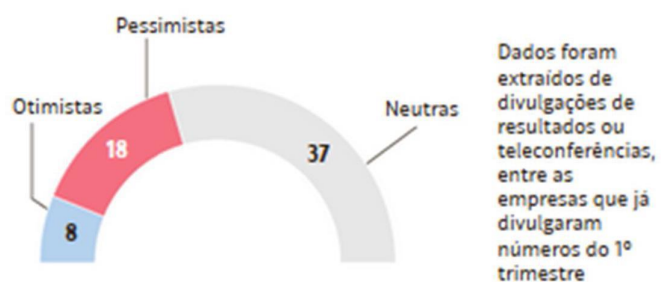
"Observamos mais um trimestre positivo para o processo de recuperação do ambiente de negócios brasileiro"

WEG

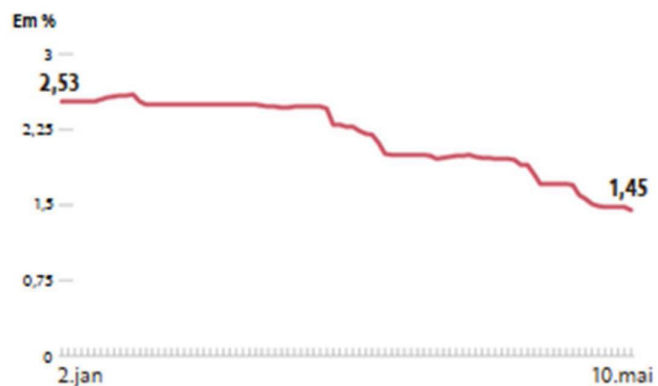
"Bens de capital O a “ no de 2019 traz sinais importantes: há previsão de crescimento do PIB, com a retomada de grandes obras"

IRB resseguro

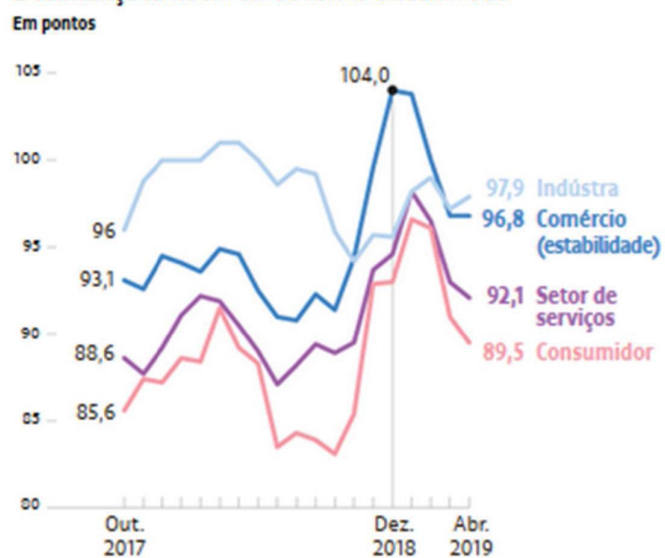
Como as empresas projetam a economia em 2019



Projeção de crescimento do PIB, segundo Boletim Focus



E confiança também cai de forma disseminada



* Dados de sazonalizados
Fontes: Empresas com elaboração Folha, Banco Central e FGV

FOLHA DE S.PAULO

Risco de desgoverno

Crescem sinais de alarme com a desarticulação de Bolsonaro; em vez de buscar culpados pelos seus fracassos, presidente precisa evitar uma crise maior

Havia esperança no início do mandato de Jair Bolsonaro (PSL). Quando o presidente tomou posse, 65% dos brasileiros acreditavam em um governo ótimo ou bom, otimismo considerável para um país que sairá dividido da eleição acirrada.

A confiança de consumidores e empresários aumentara, como costuma ocorrer quando se escolhe um novo mandatário. Preços e taxas do mercado financeiro refletiam a crença de que assumia um governo capaz de implementar reformas e destravar o crescimento.

Menos de cinco meses depois, difundem-se sinais de frustração — e o sentimento vai rapidamente se aproximando do alarme. O desgaste político recrudescer, as expectativas econômicas se deterioraram, a tensão financeira é crescente.

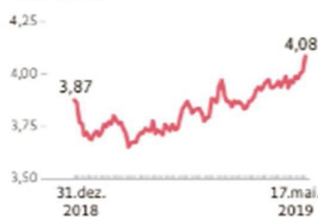
Bolsonaro demonstra que não compreende meios e fins de governar. Muitas de suas iniciativas se mostram ineptas e definham, pois eivadas de defeitos jurídicos ou tecnicamente descabidas.

Não raro, o presidente se vê contido por seus próprios ministros, como no caso dos ensaios de intervenção na Petrobras ou no Banco do Brasil. De grande interesse de Bolsonaro, o decreto que facilita o porte de armas está para ser derrubado no Congresso ou na Justiça.

Os projetos legislativos mais importantes do governo, o pacote anticrime e a reforma da Previdência, têm tramitação dificultosa. O

Dólar acima de R\$ 4

R\$, média diária



Atividade cai no início do ano

Índice do BC, variação em %



Confiança do consumidor recua

Variação acumulada no ano, %



Fontes: BC e FGV

ao comentar as manifestações que voltaram às ruas das capitais e de outras grandes cidades.

No passo mais recente dessa

mandatário, crítico destrutivo do sistema político, nada colocou no lugar além de abstrações vazias.

O resultado é uma paisagem parlamentar devastada, em que simples medidas provisórias não avançam. O bloco majoritário da Câmara dos Deputados afirma que terá pauta própria e independente, tamanha a acefalia do Executivo.

Bolsonaro não dispõe de coalizão majoritária no Congresso. Tem-se que nem mesmo tenha a intenção de fazê-lo, que seja indiferente à paralisia legislativa ou, pior, que espere a submissão.

A dúvida a respeito da aprovação de reformas fundamentais realimenta a espiral de problemas políticos e econômicos. Mas há mais fatores a intoxicar o ambiente.

O presidente dedica seu tempo a ninharias, a revanchismos e ao apoio a militantes sectários que se acreditam imbuídos da missão de derrubar o establishment. Toleram-se ou ratificam-se os ataques desses cruzados a ministros, ao vice e às cúpulas do Legislativo e do Judiciário — um desperdício de tempo e de capital político.

Em pastas dominadas por essa agenda ideológica, há tumulto administrativo e desnorteio programático, como no caso notório e deplorável da Educação.

Como se não bastasse, o presidente e seu círculo íntimo desprezam a conciliação pragmática, a atitude de chegar a acordos que tornem viáveis princípios e metas de governo de interesse geral.

Ao contrário, insultam críticos e adversários, como Bolsonaro fez

marcha insensata, ele se aventurou a sugerir que não leva adiante sua pauta porque estaria preso pelo sistema — ou algo do gênero.

Na sexta-feira (17), o chefe do Executivo difundiu um texto em que se considera o Brasil "ingovernável" sem a prática de conchavos espúrios. Qualquer presidente estará manietado pelas corporações que dominam e sugam o Estado, lá se lê.

Ainda que se trate de mais uma das inconseqüências presidenciais, na mensagem está implícita a ideia de que o país precisa se livrar de impedimentos institucionais e acordos sociais e políticos.

Fato é que existe apoio na sociedade para projetos centrais da agenda de Bolsonaro, em especial na área econômica. As últimas três décadas de democracia deram exemplos de que com habilidade e perseverança se conseguem superar as resistências a avanços.

O país controlou a inflação e equacionou a dívida externa herdada da ditadura; aprimorou programas de seguridade social; fortaleceu instituições jurídicas e abalou a tradição de impunidade de poderosos. Os progressos, porém, têm sido lentos e sujeitos a retrocessos. Neste momento, há uma década perdida na economia a superar.

Em vez de insinuar que seus fracassos se devem a forças obscuras, desculpa sombria e inaceitável, Bolsonaro precisa aprender logo rudimentos de diálogo e negociação, a fim de evitar uma crise maior. Resta tempo de sobra para um mandato produtivo, mas as chances precisam ser aproveitadas desde já.

FOLHA DE S.PAULO

Governo quer estimular concorrência entre instituições financeiras na capitalização

Thiago Resende

BRÁSILIA A equipe econômica do governo Jair Bolsonaro (PSL) estuda formas de estimular a concorrência em um eventual regime de capitalização para a Previdência.

Nesse sistema, cada trabalhador tem uma conta individual para poupar recursos que irão bancar a aposentadoria.

O regime foi lançado na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que muda as regras de aposentadorias e pensões, mas ainda não foi detalhado.

Se aprovar a PEC de Bolsonaro, o Congresso dá uma autorização para a troca do regime previdenciário, mas os detalhes precisarão ser aprovados em um novo projeto de lei.

Em meio ao impasse na articulação política, o presidente da comissão especial, Marcelo Ramos (PR-AM), disse na sexta-feira (17) que a Câmara estuda apresentar uma reforma alternativa. Há resistência à capitalização no Congresso.

O objetivo da equipe econômica de Paulo Guedes é reduzir as taxas cobradas por instituições financeiras, que poderiam corroer os rendimentos dos trabalhadores.

Uma das possibilidades em análise é permitir que a instituição financeira apenas guarde os recursos —a chamada custódia— e o próprio trabalhador possa fazer a gestão dos investimentos.

Técnicos do Ministério da Economia esperam que a taxa a ser cobrada seja entre

0,1% e 0,15% do total investido —bem abaixo das taxas de administração de 1% a 4% praticadas hoje no mercado.

O governo está estudando como isso poderia funcionar. Para usar esse modelo, o trabalhador teria, por exemplo, de operar de acordo com limites a serem definidos por órgão regulador.

Está em estudo que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) determine regras para esse investimento. A ideia é impedir que o empregado, movido pelo apetite de alto rendimento, arrisque o dinheiro guardado ao longo da vida.

Assim, haveria travas, por exemplo, de 30% para aplicações em Bolsa de Valores e 20% para fundo imobiliário.

A taxa cobrada pelas instituições financeiras faz diferença. Um técnico conta que o valor final do benefício pode ser 30% menor comparando o efeito de taxas administrativas anuais de 1% e 2%.

Para evitar a formação de cartel no mercado previdenciário, o governo federal previu também que entidades públicas possam operar no setor da capitalização.

As medidas são uma forma de contra-atacar o discurso da oposição de que a troca do atual sistema da Previdência Social para o de contas individuais seria um cheque em branco para os bancos.

A equipe econômica diz que a substituição para a capitalização é para que os juros passem a trabalhar a favor da

O QUE DISCUTE A EQUIPE DE GUEDES

Estimular concorrência entre instituições financeiras

Reduzir taxas cobradas

Evitar corrosão de rendimentos dos trabalhadores

Criar travas nas aplicações para garantir diversificação de investimentos

poupança dos trabalhadores, além de reduzir o déficit da Previdência Social.

O governo estuda qual poderia ser a alíquota paga pelos empregadores para bancar as aposentadorias dos empregados —a contribuição patronal.

Guedes já disse que os empresários não deveriam pagar essa taxa. Segundo o ministro, isso reduziria o custo da mão de obra e estimularia a geração de empregos.

Essa, no entanto, é uma ideia rejeitada por grande parte da Câmara. Congressistas temem que, sozinho, o trabalhador não consiga acumular dinheiro suficiente para se aposentar. A reforma, neste momento, está em debate na comissão especial.

Integrantes da equipe de Guedes também querem que os empregadores sejam obrigados a pagar a alíquota. A proposta enviada por Bolsonaro prevê a possibilidade da contribuição patronal, mas não a exigência.

Para decidir sobre a alíquota, o time de Guedes espera a decisão do Congresso sobre as diretrizes da capitalização.

Porém, há várias opções na mesa: 7,5%, 8,5% ou 11%. Hoje, as empresas, exceto as que têm incentivo fiscal, pagam 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

Os patamares mais baixos —7,5% e 8,5%— são usados como referência, pois são os valores aplicados no fundo de previdência dos servidores federais, em vigor desde 2013.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 18 e 19/05/2019	Página: 06

Tribuna

Para FGV, política causou confusão que parou economia

Os aspectos políticos, que emperram o andamento da reforma da Previdência no Congresso Nacional, são o principal peso sobre as incertezas que levaram à paralisação da economia no primeiro trimestre deste ano, na avaliação do pesquisador Cláudio Considera, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), coordenador do Monitor do PIB. Mais cedo, a FGV informou que o Monitor do PIB aponta para uma queda de 0,1% no Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre ante o quarto trimestre de 2018.

“O comportamento político do governo causou confusão. O País está estressado. Todo dia tem confusão”, afirmou Considera. É o que mostra reportagem do Estadão.

Para o pesquisador, o quadro de “compasso de espera” da economia não é novo, está desenhado há dois anos. A particularidade do cenário do primeiro trimestre

é que ele tem um gosto de frustração, pois se segue a quadro de expectativas positivas após as eleições de outubro do ano passado - os ativos negociados em Bolsa se valorizaram, a confiança avançou, lembrou Considera.

“A equipe econômica é ótima, qualificada, todas as expectativas eram positivas e isso se inverteu em três meses”, disse Considera.

Os dados desagregados do Monitor do PIB apontam para uma alta de apenas 0,4% na formação bruta de capital fixo (FBCF, conta dos investimentos no PIB) no primeiro trimestre ante igual período de 2018, sinalizando uma grande perda de ritmo. No trimestre móvel findo em agosto de 2018, a FBCF crescia a 8,5% ante igual período do ano anterior. E dentro da FBCF, o desempenho de máquinas e equipamentos passou de uma alta de 26,4% no trimestre findo em agosto de 2018 para 0,5% no primeiro trimestre desse ano.

Tribuna

PIB brasileiro cai 0,1% no primeiro trimestre do ano



O PIB brasileiro, que soma todos os bens e serviços produzidos no país, recuou 0,1% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o último trimestre do ano passado

VITOR ABDALA
AGÊNCIA BRASIL

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que soma todos os bens e serviços produzidos no país, recuou 0,1% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o último trimestre do ano passado. O dado é do Monitor do PIB, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado ontem.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, no entanto, houve alta de 0,5%. Considerando-se apenas o mês de março, houve quedas em relação a fevereiro deste ano (-0,4%)

e a março de 2018 (-1,7%). No acumulado de 12 meses, houve alta de 0,9%.

Na passagem do último trimestre do ano passado para o primeiro trimestre deste ano, a queda de 0,1% foi puxada principalmente pelo recuo de 0,8% da indústria. A agropecuária teve queda de 0,3%. Por outro lado, os serviços evitaram queda maior, ao apresentar crescimento de 0,2%.

Sob a ótica da demanda, a queda foi puxada pelos investimentos, que recuaram 1,9%. As exportações também caíram (-1,4%). O consumo das famílias cresceu 0,3% e o consumo de governo, 0,4%. As importa-

ções cresceram 0,8%.

Ibovespa- A bolsa paulista fechou no vermelho ontem, com o Ibovespa acumulando a terceira semana seguida de perdas, reflexo da percepção de aumento do risco político no país e do ambiente menos favorável no exterior.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 0,15%, a 89.885,02 pontos, de acordo com dados preliminares. O volume financeiro totalizava 15,1 bilhões de reais.

Na semana, caiu 4,6%, também segundo dados preliminares, caminhando para repetir neste mês a sina dos

últimos nove anos e chancelar um famoso ditado do mercado financeiro - "sell in May and go away" (venda em maio e vá embora).

Economia

Sob a ótica da demanda, a queda foi puxada pelos investimentos, que recuaram 1,9%. As exportações também caíram.

20/05/2019 - 05:00

Base deprimida de gastos realça contingenciamento

Por

Para escapar da discussão relevante sobre em que áreas deveria fazer seus ajustes orçamentários e como resolver o equilíbrio fiscal de longo prazo, o governo tem partido para uma inócua discussão semântica sobre se o que foi feito foi contingenciamento, corte ou bloqueio. Usualmente, todos os governos têm usado os três termos para dizer a mesma coisa: redução de limites orçamentárias dos ministérios por falta de receitas ou porque a despesa está acima do teto.

Por óbvio, os novos limites são estabelecidos apenas nas despesas discricionárias, já que gastos obrigatórios como previdência e pessoal não podem ser interrompidos.

No caso atual, a frustração de arrecadação, que coloca em risco o cumprimento da meta de resultado primário, é o motivo para os bloqueios realizados. Se o governo eventualmente conseguir mais receitas do que o previsto, pode reverter os cortes - ou contingenciamento, ou bloqueio.

O problema todo é que a falta de tração no PIB tem, na realidade, feito o governo perder receitas. Para piorar, eventos que poderiam reforçar bastante o caixa federal, como o leilão das áreas excedentes da cessão onerosa e a privatização da Eletrobras, ainda não cumpriram trâmites burocráticos suficientes para que os técnicos do governo possam incluí-los nas projeções de receitas. Somente esses dois eventos resolveriam todo o déficit fiscal mapeado para este ano.

O presidente Jair Bolsonaro e seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, conduziram muito mal a discussão sobre o corte nessa área. Ao partir inicialmente para a bravata de dizer que os cortes seriam feitos em universidades onde havia "balbúrdia", citando especificamente três delas, o comandante do MEC provocou não só professores e estudantes, mas também tirou o aspecto técnico da discussão. Ao tentar recuperá-lo, o processo já tinha perdido o controle e o governo passou para a ofensiva linguística, tão inútil quanto, e passaram a lembrar o óbvio: todos os governos fizeram cortes orçamentários, inclusive na área da educação.

Nos últimos anos, os gastos obrigatórios (principalmente Previdência e pessoal) só subiram e ocuparam espaço daqueles de livre direcionamento (as despesas "discricionárias"), limite que ficou mais evidente após a emenda do teto de gastos, que impede o governo de ampliar suas despesas acima da inflação.

O Orçamento aprovado pelo Congresso havia colocado R\$ 129,4 bilhões para as discricionárias, valor que os próprios técnicos reconhecem que já era complicado administrar. O contingenciamento anunciado em março empurrou esse limite para pouco menos de R\$ 100 bilhões.

Algumas áreas já flertam com a possibilidade de parar seus serviços no segundo semestre. É ilustrativo lembrar da crise dos passaportes em 2017, quando o corte de gastos e os erros de coordenação entre a equipe econômica e o Ministério da Justiça culminaram na paralisação temporária do serviço, que depois foi revertida com remanejamento de verbas de outros setores.

A diferença que torna a situação mais difícil para o atual governo é que o bloqueio orçamentário em vigor se dá em uma base muito mais deprimida de despesas. Assim, é natural que hoje qualquer redução de limite orçamentário e financeiro seja mais notada do que há alguns anos, quando alguma gordura na estrutura de gastos ainda era evidente.

Além da penúria nas universidades, outros indicadores evidenciam a gravidade do quadro atual. Como mostrou o repórter Fábio Pupo na última sexta-feira, os investimentos da União no primeiro trimestre representaram apenas 0,35%, de longe o pior resultado da série histórica iniciada em 2007 e um mau sinal para as perspectivas econômicas do país.

Um novo contingenciamento está por vir ainda neste mês, conforme já indicaram autoridades, inclusive o ministro Paulo Guedes. Os números da área técnica apontam para um corte adicional de no mínimo R\$ 5 bilhões aos R\$ 29,8 bilhões anunciados em março.

Em que áreas esses limites serão reduzidos é mais um problema que o governo terá que administrar. Se a lição foi aprendida, deve-se evitar os erros na condução do processo e, com serenidade e equilíbrio, tratar o assunto de forma realista, mostrando que a grande questão, hoje, é resolver a equação fiscal a partir da reforma da Previdência e retomar o crescimento do país em bases mais elevadas.

Sem isso, não haverá alternativa que não seja cortar ainda mais. E, seja na Educação ou qualquer outra pasta, as reclamações virão e serão cada vez mais duras.